

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
ECONOMIA - FACE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBILS

ANTONIO CARLOS MORAES GONÇALVES

**ANÁLISE DA MENSURAÇÃO, CONTABILIZAÇÃO E
EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS BIOLÓGICOS
CORRESPONDENTES A PRODUÇÃO DA CANA DE AÇÚCAR NAS
EMPRESAS SUCROALCOOLEIRAS**

DOURADOS/MS
2011

ANTONIO CARLOS MORAES GONÇALVES

**ANÁLISE DA MENSURAÇÃO, CONTABILIZAÇÃO E
EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS BIOLÓGICOS
CORRESPONDENTES A PRODUÇÃO DA CANA DE AÇÚCAR NAS
EMPRESAS SUCROALCOOLEIRAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
à Universidade Federal da Grande Dourados-
UFGD, como requisito parcial para obtenção
do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Msc. GERSON JOÃO VALERETTO

DOURADOS/MS
2011

Folha de aprovação

Autor: Antonio Carlos Moraes Gonçalves

Título: ANÁLISE DA MENSURAÇÃO, CONTABILIZAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS BIOLÓGICOS CORRESPONDENTES A PRODUÇÃO DA CANA DE AÇÚCAR NAS EMPRESAS SUCROALCOOLEIRAS

Banca Examinadora:

Prof. (a): _____

Assinatura: _____

Prof. (a): _____

Assinatura: _____

Prof. (a): _____

Assinatura: _____

Data da aprovação: _____/_____/_____

Agradecimentos

Agradeço imensamente a Deus por tudo de bom que ele proporciona em minha vida, a meus pais e minha família pela compreensão, carinho e apoio dedicados ao longo dos anos em que estive na faculdade, a todos os professores que fizeram parte desta etapa em minha vida, ao Professor Gerson João Valeretto, meu orientador, pela paciência e compreensão, e para Professora Cristiane Mallmann Huppés, pela imensa colaboração dispensada a este Trabalho.

Lista de figuras e quadros

Figura 1: Processo de Mensuração do Valor Justo.....	21
Figura 2: localização geográfica das usinas de açúcar e álcool da região da Grande Dourados.....	29
Quadro 1: reclassificação na conta de ativo biológico.....	31
Quadro 2: premissa utilizada para mensuração do valor justo.....	32
Quadro 3: composição da conta estoque.....	33
Quadro 4: composição da conta de Ativos Biológicos.....	35
Quadro 4.1: valores decorrente dos ganhos e perdas no reconhecimento do valor justo para os Ativos.....	36
Quadro 5: ajuste do valor justo para os Ativos biológicos.....	38
Quadro 6: Resumo das observações apontadas.....	39

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
1 INTRODUÇÃO	9
1.2 Formulação do problema.....	11
1.3 Objetivo.....	11
1.3.1 Objetivo geral.....	11
1.3.2 Objetivo específico.....	11
1.4 Justificativa.....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 Agronegócio.....	13
2.2 Conceitos de ativo biológico e cana-de-açúcar.....	15
2.3 Reconhecimento e mensuração do ativo biológico.....	17
2.3.1 Valor justo.....	18
2.3.2 O Mercado principal ou mais vantajoso.....	19
2.3.2.1 Participantes do mercado.....	19
2.3.3 Técnicas de avaliação.....	20
2.4 Divulgação.....	21
3 METODOLOGIA DE PESQUISA	22
3.1 Tipologia de pesquisa.....	22
3.2.1 Quanto aos objetivos.....	23
3.2.1.1 Pesquisa descritiva.....	23
3.2.2 Quanto aos procedimentos.....	23
3.2.2.1 Levantamento.....	24
3.2.2.2 Pesquisa bibliográfica.....	25
3.2.2.3 - Pesquisa documental.....	25
3.2.3 Abordagem do problema.....	26
3.2.3.1 Pesquisa qualitativa.....	26

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	28
4.1 Empresas analisadas.....	38
4.1.1 Monte Verde Agro-Energetica S.A (BUNGE).....	29
4.1.2 Cosan Caarapo S.A. Açúcar e Alcool (RAÍZEM).....	30
4.1.3 Usina El Dourado S.A. (ETH).....	31
4.1.4 Agro Energética Santa Luzia Ltda. (ETH).....	33
4.1.5 LDC Bioenergia S.A. (Usina Passa Tempo).....	33
4.1.6 Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A.....	35
4.2 Resultados observados.....	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39

Resumo

O Brasil atualmente vive um período de mudanças importantes no ambiente político, econômico e regulatório contábil. Em um sentido amplo, o País busca reduzir as diferenças com relação à harmonização de contabilização dos eventos ligados às normas internacionais de contabilidade, conhecidas como *International Financial Reporting Standards* (IFRS). No Brasil a criação do Comitê de Pronunciamento Contábil se deu com o objetivo de estudar, preparar e emitir pronunciamentos técnicos a cerca de procedimentos de natureza contábil e financeira, sempre em constante harmonia com os padrões internacionais de contabilidade. Um dos grandes desafios que traduz esta nova fase está relacionado com as premissas que muitas empresas do agronegócio terão que adotar na mensuração de seus ativos biológicos, uma vez que a ausência de dados necessários para encontrar o valor justo é dotada de subjetividade, e os conceitos utilizados para tal podem alterar significativamente o valor do objeto avaliado. Neste contexto, o objetivo desta pesquisa é levantar o quanto as empresas sucroalcooleiras cumpriram em relação às disposições apresentadas no Pronunciamento Técnico CPC 29. A metodologia utilizada apresenta um embasamento de cunho científico, que procura delinear os métodos de pesquisa quanto aos objetivos, aos procedimentos e a abordagem do problema. Em uma análise específica é possível descrever que muitas empresas sucroalcooleiras da região da grande dourados, não atendem em totalidade as exigibilidades do CPC 29. Cabe a estudiosos, pesquisadores e empresas buscarem alternativas que contornem este novo desafio da contabilidade brasileira.

Palavras chave: ativo biológico; valor justo; empresas sucroalcooleiras

Abstract

Brazil now lives a period of important changes in the atmosphere political, economical and accounting regulatory. In a wide sense, the Country looks for to reduce the differences regarding the accountancy harmonization of the linked events to the accounting international standards, known as Financial International Reporting Standards (IFRS). In Brazil the creation of the Committee of Accounting Pronouncement felt with the objective of studying, to prepare and to emit technical pronouncements the about of procedures of accounting and financial nature, always in constant harmony with the international patterns of accounting. One of the great challenges that translates this new phase is related with the premises that a lot of companies of the agribusiness will have to adopt in the mensuration of their biological assets, once the absence of necessary data to find the fair value is endowed with subjectivity, and the concepts used for such can alter the value of the appraised object significantly. In this context, the objective of this research is to lift him/it as the sugar and alcohol companies accomplished in relationship the dispositions presented in the Technical Pronouncement CPC 29. The used methodology presents stamp abasement informs, that it tries to delineate the research methods as for the objectives, to the procedures and the approach of the problem. In one it analyzes specifies is possible to describe that a lot of companies sucroalcooleiras of the area of the great gildings, don't assist in totality the demandabilities of CPC 29. He/she falls to specialists, researchers and companies look for alternatives to outline this new challenge of the Brazilian accounting.

Key words: *biological assets; fair value; sugar and alcohol companies*

1 Introdução

O Brasil atualmente vive um período de mudanças importantes no ambiente político, econômico e social, mas não diferente, na área contábil estão ocorrendo mudanças nas normas procedimentos e na legislação aplicada. Em um sentido amplo, o País busca reduzir as diferenças com relação à harmonização perante a forma de contabilização dos eventos ligados as normas internacionais de contabilidade, conhecidas como *International Financial Reporting Standards* (IFRS), (PEREIRA; BERGAMINE, 2010).

Os IFRSs são emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As primeiras normas internacionais, conhecidas como IAS (*International Accounting Standards*), foram criadas em 1973, mas sua repercussão global apenas teve início depois do escândalo envolvendo a empresa Enron, em 2002. Tal escândalo serviu para mostrar que uma norma baseada em princípios seria mais fiel a realidade econômica do que normas baseadas em regras rígidas. O início da adesão ocorreu em 2002, quando a União Européia determinou que todas as 7.000 companhias de capital aberto na Europa deveriam aplicar o IFRS em suas demonstrações financeiras consolidadas a partir de 2005. No Brasil a adoção do IFRS foi inevitável, dado que o IFRS está se tornando a linguagem contábil oficial no mundo. Para os países que não aderirem à nova norma, estes irão enfrentar grandes dificuldades para atuarem em um ambiente globalizado (PWC, 2010).

No Brasil, a criação do Comitê de Pronunciamento Contábil se deu com o objetivo de estudar, preparar e emitir pronunciamentos técnicos a cerca de procedimentos de natureza contábil e financeira, sempre com base nas normas do IFRS, objetivando uma constante harmonia com os padrões internacionais de contabilidade. Atualmente o CPCs conta com 44 pronunciamentos que se estendem pelos mais variados assuntos, sempre fazendo referencia aos padrões da contabilidade brasileira. Compõem o CPC a Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), a BMF&BOVESPA Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BOVESPA), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras (FIPECAFI) e o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2010).

Este trabalho faz menção a um dos pronunciamentos do IFRS, o IAS 41 *Agriculture*, inicialmente editada pelo *International Accounting Standards Committee* (IASC) em 1994, adotada posteriormente pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) que teve sua vigência a partir de 2003. Sendo assim, o principal objetivo foi prescrever o tratamento contábil de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras de entidades ligadas ao setor agrícola. O IAS 41 apresentam critério de reconhecimento, mensuração e evidenciação referente ao ativo biológico em todas as fases do seu ciclo natural (crescimento, degeneração, produção e reprodução), adotando como parâmetro de valoração o Valor justo. No Brasil, o IAS 41 está correlacionado com o CPC 29 Ativo Biológico e Produção Agrícola, que tem como objetivo principal estabelecer o tratamento contábil e as suas respectivas divulgações para os ativos de natureza exclusivamente biológica.

Segundo Pereira e Bergamini (2010), os ativos biológicos devem ser mensurados por seu valor justo menos o custo que se tem para vender o ativo, desde o momento inicial até o final de cada período do exercício da empresa, do qual servirá de base para a apresentação de suas demonstrações financeiras.

Em setembro de 2010, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) divulgou a Instrução nº 485, que determinava que as companhias de capital aberto no Brasil emitissem suas informações financeiras consolidadas adotando as normas do IFRS juntamente com as normas brasileiras emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), dando origem ao novo *BR GAAP* (PWC, 2010).

Um dos desafios que muitas empresas iram enfrentar está relacionado com as premissas que estas terão que adotar na mensuração de seus ativos biológicos, uma vez que a subjetividade nos conceito utilizado para tal, podem alterar significativamente o valor do objeto avaliado (PEREIRA; BERGAMINI, 2010).

Segundo Brito (2010), as técnicas de mensuração do valor justo dos ativos biológicos são dotadas de subjetividade, por adotar o valor de mercado como parâmetro de valorização, visto que, nem sempre existirá um mercado ativo que associem o grupo de ativos biológico pretendido. Por esta ocasião, as empresas terão que direcionar recursos gerenciais e sistemáticos, na obtenção de métodos de controles mais acurados, do qual possa evidenciar com maior confiabilidade o valor justo de seus ativos biológicos.

1.2 Formulação do problema

As empresas sucroalcooleiras da região da Grande Dourados em Mato Grosso do Sul estão cumprindo às exigências impostas pelo pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos de Contábeis - CPC nº 29 quanto a mensuração, contabilização e evidenciação dos Ativos Biológicos correspondentes a produção da cana de açúcar?

1.3 Objetivo

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar o cumprimento das exigências impostas pelo pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos de Contábeis - CPC nº 29 quanto a mensuração, contabilização e evidenciação dos Ativos Biológicos correspondentes a produção da cana de açúcar nas empresas sucroalcooleiras da região da Grande Dourados no estado de Mato Grosso do sul.

1.3.2 Objetivo específico

Os objetivos específicos desta pesquisa consistem em:

- Analisar se há o reconhecimento e a mensuração do valor justo dos ativos biológicos;
- Avaliar se as premissas utilizadas para a mensuração do valor justo condizem com os métodos propostos pelo CPC para a avaliação deste valor;
- Observar se há reconhecimento dos ganhos e perda provenientes de mudanças no valor dos ativos biológicos;
- Avaliar se nas Demonstrações Financeiras e nas práticas contábeis foram discriminados os grupos de ativos biológicos.

1.4 Justificativa

Segundo Rodrigues (2006), o setor primário da cadeia produtiva tem cada vez mais contribuído para a construção de uma economia forte e participativa de muitos Países que dominam o setor agrícola, em especial o Brasil. O agronegócio brasileiro ou *agribusiness* ganha cada vez mais força no mundo dos negócios, haja vista que, muito dos produtos agrícolas, conhecidos como *commodities* são negociados em bolsas de valores e mercados futuros de grande importância no mundo (BATALHA, 2007). Referindo-se ao contexto nacional, a estimativa de crescimento para o Brasil na próxima década é animadora, é o que prevê o relatório de Perspectivas Agrícolas 2010-2019, publicado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Apesar dos padrões internacionais de contabilidade, para o qual o Brasil está convergindo, ser usado em mais de cem países (União Européia, China, África do Sul, Rússia, Austrália e Nova Zelândia), cabe ao País o pioneirismo de gerar a maior variedade de conhecimento na utilização do valor justo como parâmetro de mensuração e evidenciação dos ativos biológicos (IBRACOM, 2008).

Porém, segundo Iudícibus, Marion e Faria (2009), o movimento de convergência das normas contábeis brasileiras para as normas do IFRS está bastante tímido, resumindo-se a poucos trabalhos tanto no campo acadêmico quanto no campo profissional, ainda segundo os autores, com a expansão dos negócios e o fim das barreiras físicas, o mercado cresce em ritmo acelerado rumo ao desenvolvimento global, no entanto o mercado ainda é quem dita às regras, e cada vez mais profissionais, pesquisadores e professores de contabilidade precisam se adaptar as novas mudanças em seu ambiente profissional, não só na prática, mas também em conceito e objetivo.

Tendo em vista a grande relevância no objetivo do qual se dirige esta pesquisa, e em se tratando especialmente da pouca abordagem que se referem à contabilização de ativos biológicos, estimular a busca por novas áreas de conhecimento e aprimorar as teorias já existentes faz com que elementos fundamentais na evolução da ciência contábil no Brasil tornem-se uma ferramenta extremamente útil para a sociedade em geral.

2 Referencial teórico

Este capítulo tem como finalidade, apresentar as teorias, conceitos e idéias já publicadas por outros autores e também discorrer sobre outros aspectos já estudados e que fazem referência ao tema, proporcionando ao leitor uma reflexão daquilo que serviu como base para o desenvolvimento de uma fundamentação teórica acerca das disposições concernentes ao CPC 29 Ativo Biológico e Produção Agrícola.

2.1 Agronegócio

Segundo Batalha (2007), as atividades, tecnologias, políticas social ligada à produção, à transformação e ao consumo de produtos de origem vegetal e animal, conquistou ao longo do tempo, um destaque importante nas comunidades acadêmicas, governamental e empresarial. Destaque este, ligado em especial, ao papel que esses produtos, com ênfase aos alimentares, ocupam nos variados grupos sociais. Não podendo deixar de lado os aspectos econômicos ligados a esta área de atividades, haja vista, que em muitos países desenvolvidos, as atividades relacionadas com a obtenção, a transformação, a distribuição e ao consumo de produtos agropecuários encontram-se entre os mais significativos para a economia do país. O primeiro estudo das idéias subjacentes ao termo agronegócio (*agribusines*), foi abordado inicialmente por Davis e Goldberg (1957) *apud* Batalha, (2007, p. 5) como sendo: “[...] a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção nas propriedades agrícolas; o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles”.

Embora, comumente, pesquisadores utilizem a terminologia “agronegócio” de forma mais genérica, admite-se que o termo deve ser estabelecido em um sentido mais específico e devidamente quantificado para cada tipo de divisão: agronegócio da soja, agronegócio do milho, agronegócio da cana-de-açúcar, agronegócio nacional, agronegócio internacional e etc. (BATALHA, 2007).

Lourenço e Lima (2009) esclarecem a idéia acerca do agronegócio como sendo um conjunto de relações comerciais ligados ao setor agrícola dentro de um contexto estritamente econômico. Não diferente do mesmo conceito, Pinazza e Araujo (1993) delimitam o agronegócio como sendo o conjunto de transações e operações que abrangem desde a produção de insumos agrícolas até a fabricação distribuição e comercialização de produtos agropecuários “*in natura*” e/ou industrializado. Já para Nunes e Contini (2001), o conceito de agronegócio vai mais além, pois compreende um complexo sistema econômico, que integra várias fases de uma cadeia de negócios: produção, comercialização, importação, transporte, armazenagem e até mesmo o desenvolvimento de novas pesquisas que beneficiem o próprio setor produtivo.

Com relação ao âmbito nacional, o agronegócio brasileiro nos últimos anos vem ganhando destaques positivos, a produção em escala, somada ao alto nível de desenvolvimento dos produtos agrícolas levou o Brasil a ocupar uma posição de destaque no cenário agropecuário, motivos este que deixam o País com orgulho de sobra, já que o Brasil foi apontado a ocupar a posição de grande seleiro do mundo na perspectiva de crescimento para os próximos dez anos (JORNAL VANGUARDA, 2009).

Embora as notícias sejam animadoras, não se pode antecipar o resultado no longo prazo, pois o mercado apresenta uma grande volatilidade e uma alta competitividade de negócios geridos no que tange o contexto do agronegócio (NEVES, 2007).

Callado (2009) afirma que as atuais conjunturas dos mercados e dos consumidores, em um mundo mais globalizado, têm atribuído ao ambiente do agronegócio, novos paradigmas e desafios independentemente da natureza corporativa que as empresas possuam. Já Crepaldi (1998) relata que a tarefa de levantar informações gerenciais relevantes para a tomada de decisão, com base em dados consistentes e reais, é uma dificuldade constante para produtores ligados a área agrícola.

Desta forma, considerando a complexa interface do mercado, tem-se exigido dos gestores, uma melhor eficiência na elaboração de praticas gerencial, a fim de consubstanciar a elaboração de planos estratégicos mais eficazes, para assim alcançar um maior nível de competitividade para empresas de agronegócios (CALLADO, 2005).

Megido e Xavier (2003) explicam a importância na inserção do agronegócio brasileiro no cenário internacional com o intuito de galgar espaço dentro dos macrocenários implícito aos mercados mundiais, bem como conscientizar a sociedade sobre o potencial de internacionalização do *agribusiness* nacional.

2.2 Conceitos de ativo biológico e cana-de-açúcar

Conforme o CPC (2009), o pronunciamento técnico do CPC nº 29 descreve o ativo biológico, como sendo o próprio animal e ou planta, vivo, com a capacidade de beneficiar economicamente a entidade que dele detenha o controle, através de uma transformação biológica da qual se possa qualificar ou quantificar. A transformação biológica, por sua vez, é o processo de crescimento, degeneração, produção e procriação, responsáveis pelas mudanças nas características qualitativas e quantitativas do ativo, as mudanças ocasionadas em decorrência da transformação biológica tanto na qualidade quanto na quantidade do ativo, podem impactar significativamente na determinação do valor de transação intrínsecos ao grupo de ativos biológicos que a empresa controla.

Para as empresas sucroalcooleiras, a fonte principal de sua matéria-prima é representada pela cana-de-açúcar. No Brasil a área de produção canavieira corresponde um total de 7 milhões de hectares, deste total 55% é destinado a produção de álcool e 45% é destinado a produção de açúcar (ÚNICA, 2008).

Segundo Fernandes (2000), os parâmetros utilizados para a mensuração do valor da cana-de-açúcar é constituído pelo termo ATR que significa Açúcar Total Recuperável. Tal termo é expresso em quilogramas de açúcar por tonelada, o qual representa todos os açúcares encontrado na matéria-prima da cana-de-açúcar. Outro termo bastante conhecido na quantificação da produção de cana é o TPH que significa Tonelada Sacarose por Hectare. Ainda segundo o autor, é primordial que as empresas sucroalcooleiras quantifiquem a sacarose presente na matéria-prima, pois o preço da cana é determinado pelo percentual de qualidade e quantidade desta, encontrado nos produtos finais.

Atualmente o modelo utilizado para o pagamento da produção de cana é o Sistema de Remuneração de Cana pela Qualidade, desenvolvido pelo Conselho de Produtores de Cana, Açúcar e Álcool de São Paulo (CONSECANA). O preço pago por quilograma do ATR é determinado em função do preço do açúcar, nos mercados interno e externo, do preço do álcool anidro e hidratado (combustível e industrial, nos mercados interno estadual e externo), livre de impostos ou frete, do 'mix' de produção de cada unidade industrial, ou seja, a quantidade produzida de açúcar e álcool, e da participação da matéria-prima nos custos de produção do açúcar e do álcool. No início do ano-safra, o CONSECANA divulga o 'mix' de produção para o Estado de São Paulo. Este será utilizado no cálculo do preço

mensal estimado do quilograma do ATR, juntamente com os preços dos produtos finais praticados no mercado e a participação percentual da matéria-prima nos custos de produção (SACHS, 2005).

2.3 Reconhecimento e mensuração do ativo biológico

A determinação apresentada no Comitê de Pronunciamentos Contábeis, pronunciamento técnico do CPC nº 29 a cerca dos critérios a serem aplicados no tratamento contábil para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos biológicos pelo valor justo, são baseados em princípios, e não em regras específicas ocasião esta que permitem diferentes tratamentos contábeis para a mesma circunstância. Apesar de esta característica ser vista como uma fragilidade é mais difícil não refletir a essência econômica em normativos baseados em princípios do que normativos baseados em regras, no entanto, tais princípios devem necessariamente observar o conceito da prevalência da essência sobre a forma. Em detrimento aos possíveis tratamentos permitidos, é importante descrever claramente as políticas contábeis utilizadas e aplicá-las consistentemente, pois, apesar de ser baseado em princípios, existem algumas regras que devem ser seguidas na elaboração das informações contábeis. Muitos ativos biológicos não possuem mercados ativos para negociação, assim, técnicas e modelos de avaliação devem ser aplicados para determinar o valor justo (PWC; IBRI, 2010).

2.3.1 Valor justo

A mensuração a valores históricos sempre foi à base de avaliação mais tradicional utilizada na contabilidade. Porém, ao longo das últimas décadas, foi possível perceber que para alguns tipos de ativos e de passivos o consenso do mercado resultou na introdução de outras bases, como o valor justo. Como toda mensuração é um processo de aproximação da realidade, ao qual a subjetividade é inerente, a confiabilidade é o grande desafio para a adoção de um novo modelo contábil amparado em avaliações econômicas dos ativos e das

obrigações, visto que tais avaliações a valor justo nem sempre derivam de transações reais entre partes não relacionadas (ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2009).

O termo valor justo é originado da tradução do termo em inglês *Fair Value Measurements* que primeiramente foi utilizado pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB), como consequência de introduzir o “*comprehensive income*” uma concepção de resultado no sentido amplo (Álvares, 2005).

Segundo Nobes e Parker (2002) *apud* Ernst & Young e FIPECAFI (2009) o valor justo significa “a quantia que compradores e vendedores estariam dispostos a trocar seus ativos em uma operação com base puramente comercial”.

Para Barth (2000) *apud* Ernst & Young e FIPECAFI (2009) a mensuração do valor justo “presume no maior e melhor uso do ativo pelos participantes do mercado, considerando o uso do ativo que seja fisicamente possível, legalmente permitido e financeiramente viável na data da mensuração”.

As diretrizes mais completas existentes na atualidade sobre as mensurações de valor justo na elaboração de demonstrações financeiras advêm dos princípios de contabilidade norte-americanos denominados US GAAP. Em setembro de 2006, o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) divulgou o pronunciamento *Fair Value Measurements* (SFAS 157), em resposta aos anseios dos usuários das demonstrações financeiras por maiores informação sobre a extensão e os efeitos do uso do valor justo pelas empresas na avaliação de ativos e passivos (ZYLA, 2003 *apud* ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2009).

Antes da emissão do pronunciamento norte americano, havia diferentes definições de valor justo e pouca orientação para aplicação dessas definições, resultando em inconsistências e maior complexidade no modelo contábil. Embora o SFAS 157 estabeleça uma definição única de valor justo e defina critérios de mensuração, ele não elimina a complexidade e o julgamento requeridos, mas visa estabelecer critérios que devam ser seguidos por todos. A mensuração do valor justo deve considerar atributos específicos do ativo ou passivo, por exemplo, sua condição ou localização e restrições de venda ou uso na data da mensuração. O valor justo pode ser aplicado tanto ao ativo ou passivo individualmente quanto em grupos, desde que seja constatada a unidade de avaliação, *unit of valuation*, pois, tal unidade determina o que será mensurado em referencia ao nível em que o ativo ou passivo é agregado (ou desagregado) com o propósito de atender também outros pronunciamentos contábeis (ERNST & YOUNG, 2007).

2.3.2 O Mercado principal ou mais vantajoso

O mercado principal é o mercado em que a entidade contábil venderia o ativo ou transferiria o passivo com maior volume e nível de atividade do ativo ou passivo. O mercado mais vantajoso é o mercado em que a entidade contábil venderia o ativo ou transferiria o passivo por um preço que maximizasse o valor da venda do ativo ou minimizasse o valor a ser pago por um passivo, considerando os custos da transação no respectivo mercado. Em ambos os casos, o mercado determinado deve ser considerado pela perspectiva da unidade de negócio. Se houver um mercado principal para o ativo ou passivo, a mensuração do valor justo deverá representar o preço nesse mercado, sendo esse preço diretamente observável ou determinado por uma técnica de avaliação. (ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2009).

2.3.2.1 Participantes do mercado

Participantes do mercado são compradores e vendedores de ativo e passivo no mercado principal que se caracterizam por serem: independentes da unidade de negócio; conhecedores do ativo ou passivo, com base em todas as informações disponíveis e que sejam capazes de negociar o ativo ou passivo sem que sejam forçado ou levado a fazê-lo. O valor justo de um ativo ou passivo deve ser determinado com base em premissas dos participantes do mercado utilizadas para o ativo ou passivo. Ao desenvolver tais premissas, a unidade de negócio, precisa identificar os participantes do mercado específicos para aquela transação (ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2009).

2.3.3 Técnicas de avaliação

As técnicas de avaliação têm como finalidade, apresentar parâmetro confiáveis para a obtenção de premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

O método de mercado utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos ou passivos comparáveis e idênticos, a seleção do que será considerado como múltiplo apropriado requer julgamento, considerando fatores específicos para a mensuração (qualitativos e quantitativos). Preços cotados em mercados ativos para determinado tipo de ativo idêntico na data da mensuração. Um preço cotado em um mercado ativo apresenta evidências mais confiáveis do valor justo e deve ser usado sempre que disponível (ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2009). Caso existir mais de um mercado, a entidade deve utilizar como base para o valor justo aquele em que pretende usar para suas negociações. Contudo se não for encontrado um mercado ativo, a entidade deve utilizar padrões dos quais se podem encontrar um valor justo e confiável, para isso a entidade deve usar o valor de cotações utilizadas recentemente em suas negociações ou em transações de outras empresas do mesmo ramo de atividade desde que, não houve mudanças econômicas significativas que descaracterize ou comprometa a formação do valor justo, e ou, utilizar preços de ativos similares ajustando as diferenças de valores para encontrar uma base de comparação. Quando ocorrer diferentes determinantes para mensuração do valor justo, devem ser avaliadas e ponderadas as alternativas existentes que refletem a melhor estimativa razoável para a determinação do valor justo (CPC 29, 2009).

O método de renda (Fluxo de caixa descontado) utiliza técnicas de avaliação para converter valores futuros em valores presentes, pois pode ocorrer do ativo não estar precificado pelo mercado vigente ou inexistir cotação disponível para determinada classe de ativos, diante deste fato a entidade deverá utilizar os fluxos de caixas líquidos esperados para o ativo, menos as taxas de desconto correntes do mercado para a obtenção de um valor justo no local e nas condições atuais incluindo todas as expectativas e variações no fluxo de caixa que reflete a formação do preço no mais relevante dos mercados, ou ainda utilizar mercado para ativos combinados, tais como, terras com e sem melhorias que servirá de parâmetro para a construção de um valor confiável (CPC 29; 2009).

O método de custo, existindo o fato em que o mercado não disponibilize os preços para certa classe de ativo biológico e que as prerrogativas para a evidenciação do valor justo não apresentarem fontes confiáveis, a entidade deve usar o valor obtido pelo método de custo menos a depreciação e, ou perda por irrecuperabilidade acumulada. Quando o ativo puder ser novamente reconhecido pelo valor justo, a entidade deve proceder as conciliações cabíveis para os ajustes dos valores reconhecendo possíveis ganhos ou perdas dentro do exercício em que tiver origem. Findo o exercício todas as informações de mensuração do custo, ativo, método de depreciação, vida útil e as razões pelo qual o valor justo não poder ser mensurado confiavelmente devem ser prontamente divulgadas em notas explicativas no exercício a que pertencerem (CPC, 2009).

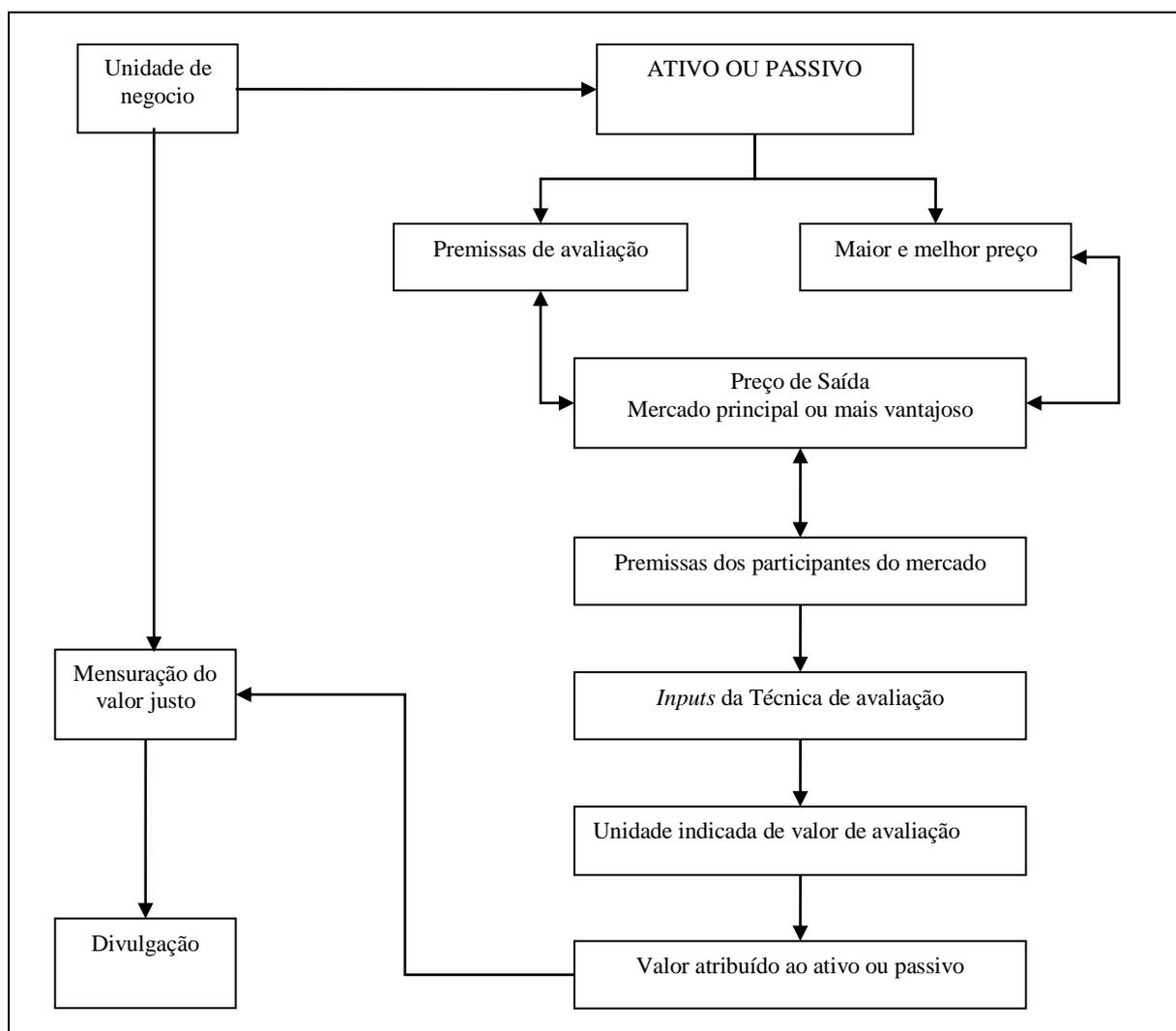


Figura 1: Processo de Mensuração do Valor Justo

Fonte: ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2009. p 252

Em resumo, a figura 1 representa o fluxo de informações que fazem parte do processo de mensuração do valor justo, sua estrutura representa passo a passo os caminhos que um ativo ou passivo percorre, desde a adoção de premissas de avaliação, até sua respectiva divulgação em relatórios financeiros (ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2009)

2.4 Divulgação

É importante que a entidade divulgue o ganho ou a perda do período corrente em relação ao valor inicial do período em que se deu origem o ativo biológico e/ou produto agrícola e, também, os decorrentes da mudança no valor justo, menos a despesa de venda dos ativos biológicos em suas notas explicativas. Entidade fica obrigada a fornecer de forma clara, a descrição dissertativa e/ou quantitativa de cada grupo de ativo biológico de que detenha o controle operacional e financeiro, porém, a entidade precisa distinguir os grupos de ativos entre consumíveis ou de produção, ou ainda entre maduros e imaturos conforme seja o mais apropriado. Essas distinções são importantes, pois podem determinar a influência do tempo no fluxo de caixa futuro. Ativos biológicos consumíveis são aqueles passíveis de serem colhidos como produto agrícola ou vendidos como ativos biológicos. Ativos biológicos de produção são aqueles que fornecem o produto primário sem a sua extinção, ou seja, são produtos auto-renováveis. As demonstrações contábeis devem divulgar a natureza da atividade envolvendo cada grupo de ativo biológico, e também, a mensuração ou estimativa não-financeira de quantidade física de cada grupo e do total da produção durante o período (CPC; 2009).

A entidade deve apresentar a conciliação das mudanças no valor contábil de ativos biológicos entre o início e o fim do período corrente. A conciliação inclui:

- (a) ganho ou perda decorrente da mudança no valor justo menos a despesa de venda;
- (b) aumentos devido às compras;
- (c) reduções atribuíveis às vendas e aos ativos biológicos classificados como mantidos para
- (d) reduções devidas às colheitas;
- (e) aumento resultante de combinação de negócios;

3 Metodologia de pesquisa

Este capítulo apresenta a metodologia de pesquisa que foi utilizada na construção de uma investigação empírica, que buscou traçar os caminhos de estudo e explicar os métodos de pesquisa utilizados para tornarem possível a construção deste trabalho.

Para Andrade (2010), A pesquisa é composta por um conjunto de procedimentos sistemáticos, que se baseia em um raciocínio lógico, e que busca apresentar soluções para os problemas propostos, por meio de métodos científicos. Na concepção de Gil (1987a, p.19) A pesquisa é o "procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos". Na mesma linha de raciocínio, Rodrigues (2007, p. 02) conceitua a metodologia como "um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento de uma maneira sistemática".

3.1 Tipologia de pesquisa

A escolha da tipologia de pesquisa é um fator de imprescindível importância na formulação de uma pesquisa, neste procedimento busca-se construir um processo investigativo que procura compreender as vertentes de um problema do qual se procura entender (YIN, 2002 *apud* HAUPP; BEUREN, 2004).

Para Andrade (2010), os tipos de pesquisas possuem varias formas e critérios que os classifica segundo diferentes enfoques. Para cumprir a finalidade desta pesquisa quanto às noções introduzidas nos procedimentos metodológicos aplicáveis a contabilidade, buscou-se seguir um conceito apresentado por Haupp e Beuren (2004), que divide e qualifica a pesquisa fundamentalmente em três vertentes a se saber: quanto aos objetivos, que contempla a pesquisa descritiva; quanto aos procedimentos, que aborda o levantamento de dados, a pesquisa bibliográfica e documental; e a pesquisa quanto a abordagem do problema, que compreende a pesquisa qualitativa.

3.2.1 Quanto aos objetivos

Do ponto de vista que define o delineamento desta pesquisa, quanto ao objetivo, buscou-se por apresentar uma pesquisa descritiva, pois a razão principal é descrever o grau de observância no cumprimento das exigências impostas pelo Comitê do Pronunciamentos Contábeis, na mensuração e evidenciação dos Ativos Biológicos e Produção Agrícola por parte das empresas sucroalcooleiras que estão localizadas na região da Grande Dourados.

3.2.1.1 Pesquisa descritiva

Para validar os resultados alcançados, esta pesquisa procurou contemplar um delineamento de características descritivas, com o intuito de identificar, apresentar e comparar dados que contemple a realidade dos aspectos inerentes a contabilização de ativos biológicos por parte de empresas que exploram tais atividades.

Segundo Gil (1999), o objetivo principal da pesquisa descritiva é apontar as características apresentadas por uma determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis.

Andrade (2002) *apud* Haupp e Beuren, (2004, p. 81) apresenta uma analogia que destaca a pesquisa descritiva da qual se preocupa em observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os fatos sem que o pesquisador interfira neles.

Porém, segundo Triviños (1987) *apud* Haupp; Beuren (2004, p. 85), o estudo descritivo exige do pesquisador um delineamento conciso entre técnica, métodos e teorias que norteiem a coleta e interpretação dos dados, dos quais se deseja inferir uma validade científica para a pesquisa.

3.2.2 Quanto aos procedimentos

Para Beuren (2004) a tipologia quanto aos procedimentos é utilizado na pesquisa científica, onde se procura delinear o método pelo qual se conduz o estudo e, da onde se possam extrair os dados que contemplarão o projeto. Neste ponto da pesquisa, a preocupação principal foi a de levantar dados que refletissem a realidade da problemática estuda, e de onde pudesse construir uma conciliação entre fontes bibliográficas e documentais com o levantamento de caso. Neste sentido a principal função, é manter um rigoroso padrão de qualidade dos dados e permitir que as evidências obtidas revelem ao leitor as questões que cercam esta pesquisa.

Gil (1999, p. 65) ressalta que “o elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados”. Segundo Diniz (2000), O método de coleta de dados é sempre uma etapa de difícil escolha para o pesquisador, pois, trata-se de um processo crucial para a construção de suposições que atenda a definição do universo em estudo, e que garante a pesquisa uma exequibilidade da investigação. Para Marconi e Lakatos (2010), A coleta de dados é a etapa da pesquisa da qual se dá início a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas.

3.2.2.1 Levantamento

Segundo Gil (1999, p. 70), as pesquisa de levantamento

(...) se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.

Basicamente, procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Nesta etapa da pesquisa, buscou-se por estudar um determinado universo onde, se concentravam as fontes dos dados pertencentes ao problema ao qual se procurou entender. Mais especificamente foram estudada empresa do ramo sucroalcooleiro, e que pertençam à região da Grande Dourados, localizadas no estado de Mato grosso do Sul. A

escolha por determinado universo se deu pela ocasião onde, todas as empresas que exploram ativos biológicos, passaram ou, iram passar pela mesma situação, ou seja, a adoção do CPC 29 como norma regulamentadora na mensuração e evidenciação de ativos biológicos.

Rigsby (1987) *apud* Haupp; Beuren, (2004, p. 85) explica que “os investigadores que realizam pesquisas de levantamento tipicamente coletam seus dados através de respostas verbais a questões predeterminadas feitas a maioria ou a todos os sujeitos de pesquisa”. O que determina a utilização de um ou outro tipo de levantamento são os resultados desejados, a viabilidade ou não de se realizar a pesquisa em função dos recursos financeiros limitados, dificuldade em coletar dados, entre outros fatores (BEUREN, 2004).

3.2.2.2 Pesquisa bibliográfica

Cervo e Bervian (1983, p.55) definem a pesquisa bibliográfica coma a que:

(...) explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente como parte da pesquisa descritiva ou exploratória. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

A pesquisa bibliografia, conhecida também como pesquisa em fontes secundaria, engloba todas as fontes bibliográficas já publicadas que delimita o tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais (LAKATOS; MARCONI, 1990).

Esta pesquisa foi formulada obedecendo às premissas bibliográficas no que tange o objeto de estudado, pois enfatizou o tratamento de fontes embasadas por diversos autores implícitos ao contexto e, que versavam sobre o mesmo referencial teórico.

3.2.2.3 - Pesquisa documental

São investigados documentos ou materiais que não receberam tratamento analítico, a fim de se poder descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características. Estuda a realidade presente e não o passado, como ocorre com a pesquisa histórica. (LAKATOS; MARCONI, 1990). Nesta etapa da pesquisa, foram priorizadas fontes documentais, pois se buscou por informações contidas diretamente em documentos que compunham os demonstrativos financeiros das empresas pesquisadas, tais como: balanço patrimonial, demonstração de fluxo de caixa, demonstração de resultado de exercício, demonstração de mutação do patrimônio líquido, notas explicativas e o parecer de auditoria.

3.2.3 Abordagem do problema

Foi desenvolvida uma abordagem qualitativa no tocante deste trabalho, com o intuito de obter respostas que ajudassem a compreender a realidade dos fatos que giram em torno da obrigatoriedade imposta pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para empresas que detenham o controle de ativos biológico, pois a partir do ano de 2010 todas terão que informar seus demonstrativos financeiros ajustados a nova norma, e que estão apresentadas no Pronunciamento Técnico CPC 29.

3.2.3.1 Pesquisa qualitativa

Para Richardson (1999) a principal característica que difere entre uma pesquisa qualitativa e quantitativa, reside no fato de a abordagem qualitativa não utilizar técnicas estatísticas no processo de análise do problema estudado.

No entendimento de Beuren (2004) a abordagem de um problema qualitativamente se caracteriza por ser uma forma eficiente de conhecer a natureza de um fenômeno social

do qual se procura entender, e que, em se tratando da contabilidade ser uma ciência que lida com números, cabe ressaltar que ela é uma ciência de característica social, o que justifica a relevância do uso da abordagem qualitativa.

Esta etapa da pesquisa teve como evidencia relevante, a investigação do problema através de prospectos informativos de empresas de auditorias com grande relevância no cenário nacional (IBRACON, KPMG, DELOITTE, ENERT & YOUNG, PWC), tais informativos serviram como direcionadores que nortearam a pesquisa no intuito de compreender os novos desafios que surgem para as empresas que detêm o controle sobre ativos biológicos. Quanto ao procedimento de coleta de dados, foi utilizada a amostragem por acessibilidade. Segundo Gil (1999) este tipo de amostragem o pesquisador apenas obtém os elementos a que tem maior facilidade de acesso, admitindo que eles possam efetivamente representar de forma adequada à população.

4 Análise e discussão dos dados

A origem dos dados analisados se deu com base em um levantamento feito nos demonstrativos financeiros, notas explicativas e pareceres de auditorias de cada uma das empresas que fizeram parte do escopo de pesquisa. Os documentos que continham os dados determinantes para a pesquisa, foram extraídos através de buscas feitas em sites especializados na veiculação de notícias oficiais públicas e privadas (Diário Oficial do Mato Grosso do Sul e São Paulo).

Para alcançar resultados concretos, foram analisados alguns quesitos exigidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 29, dos quais as empresas de agronegócio deveriam apresentar em seus relatórios financeiros:

- Mensuração e evidenciação do valor justo;
- Premissas utilizadas na determinação do valor justo;
- Reconhecimento de ganhos e perdas provenientes da mudança no valor dos ativos biológicos;
- Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis;
- Descrição dos grupos de ativos biológicos controlados pela empresa.

Tais quesitos serviram como parâmetros para apontar quais empresas estão cumprindo as disposições apresentadas no CPC 29.

4.1 Empresas analisadas

Seguindo uma definição exequível na escolha das unidades de estudos, a pesquisa procurou manter-se dentro de um padrão delimitado com relação às fontes consultadas para obtenção dos dados de estudo, para tanto apenas empresa dentro da divisão sulcro-alcooleiras localizadas na região da Grande Dourados no Estado do Mato Grosso do Sul, compuseram o escopo das unidades analisadas, tal medida garantiu a não variância com relação ao tema que norteia esta pesquisa.

A distribuição geográfica das empresas sucroalcooleiras da região da Grande Dourados, está representada conforme segue na figura 3:

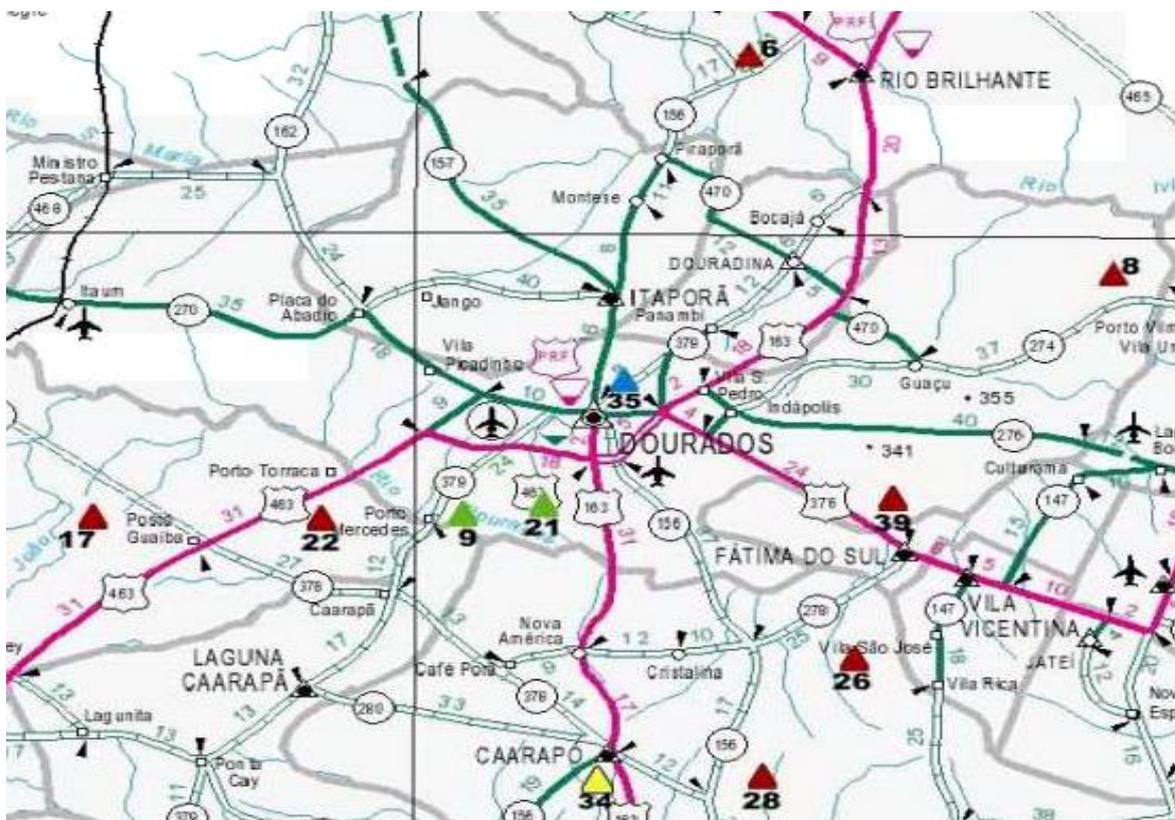


Figura 2: localização geográfica das usinas de açúcar e álcool da região da Grande Dourados.

Fonte: UDOP, 2011.

Compõem o grupo consultado na pesquisa as seguintes empresas:

- Monteverde Agro-energetica S.A (BUNGE)-17;
- Cosan Caarapo S.A. - açúcar e álcool (RAIZEN)-28;
- Usina El Dourado S.A. (ETH)-8;
- Agro Energética Santa Luzia Ltda. (ETH)-27;
- LDC Bioenergia S.A. (Usina Passa Tempo)-6;
- Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A-12.

4.1.1 Monteverde Agro-Energetica S.A (BUNGE)

A Monteverde Agro-energetica é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Ponta Porã, constituída em 2008, tem por objetivo social a exploração agrícola em geral e a exploração agrícola industrial de cana-de-açúcar e seus derivados e subprodutos e a venda de seus produtos explorados e fabricados.

Com relação às demonstrações contábeis consolidadas findadas em 31 de dezembro de 2010 e, em conformidade com o regime contábil de competência, a empresa faz o reconhecimento e mensuração de seus ativos biológicos pelo valor justo menos os custos de venda, no final de cada período e no momento da colheita respectivamente, obedecendo aos padrões propostos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (“IFRS”). Porém, a empresa não apresenta de forma evidente às premissas utilizadas na concepção do valor justo utilizado para mensurar os ativos biológicos. Os gastos relacionados com tratos culturais e lavoura de cana-de-açúcar são alocados diretamente na conta de ativos biológicos no balanço patrimonial.

Com relação aos ganhos e perdas provenientes da mudança no valor justo no momento inicial até o final de cada período, a empresa efetuou ajustes e reclassificações em suas contas patrimoniais para o exercício findado em 2009, com o intuito de permitir uma comparabilidade com as demonstrações financeiras apresentadas em 2010. Tais reclassificações geraram um aumento no valor da conta de ativo biológicos, que antes eram representados pelas rubricas de tratos culturais e lavoura de cana-de-açúcar. Este ganho de valor está evidenciado no quadro 1:

	<u>Valor apresentado em 2009</u>	<u>Valor apresentado em 2009 ajustado</u>	<u>Ganho com a mudança no valor</u>	<u>Valor apresentado em 2010</u>
Ativos Biologicos.....	6.557	18.129	11.572	26.771

Quadro 1: reclassificação na conta de ativo biológico (em milhares de reais).

Fonte: Relatório da administração 2010, Monte Verde Agro-energetica (adaptado).

A empresa faz menção em suas notas explicativas quanto a práticas contábeis adotadas em suas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) e as adotadas no Brasil, compreendendo aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

Quanto à descrição dos grupos de Ativos biológicos a empresa aborda métodos qualitativos e quantitativos que descrevem os grupos como sendo, consumíveis representados pela cana-de-açúcar em pé, e não-consumíveis representados pelas soqueiras de cana-de-açúcar. A exaustão da lavoura permanente é calculada com base no tempo de vida estimado da cultura quando os benefícios começam a ser gerado, o que equivale a aproximadamente cinco safras.

4.1.2 Cosan Caarapo S.A. Açúcar e Álcool (RAÍZEN)

A Cosan Caarapo S.A. - açúcar e álcool localizado no município de Rio Brillhante, no estado de Mato Grosso do Sul, é uma Companhia de capital aberto com suas ações negociadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (“BOVESPA”), sob a sigla CSAN3, e tem sua sede na cidade de São Paulo, Brasil. A Companhia é controlada pela Cosan *Limited*, que detém 62,2% do seu capital social. A Cosan atua principalmente nos segmentos de fabricação e comercialização de açúcar e etanol, assim como a cogeração de energia produzida a partir do bagaço de cana-de-açúcar.

As demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas conforme as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting standard Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e exigidas pelo Comitê de pronunciamento Contábil e CVM.

Os ativos biológicos foram mensurados ao valor justo na data de cada balanço patrimonial, e os efeitos de variação dos preços justos entre os períodos foram alocados diretamente no custo dos produtos vendidos. A cana-de-açúcar foi mensurada a valor justo de acordo com o método de fluxo de caixa descontado. A projeção dos valores utilizados nas premissas está representada no quadro 2:

<u>Premissas</u>	<u>Valores em 2010</u>
Area estimada de colheita (hectares).....	297.864
Produtividade prevista (toneladas por hectare).....	90,36
Quantidade total de açúcares recuperável (ATR/Kg).....	134,08
Preço médio projetado para o ATR (R\$/Kg).....	0,3781

Quadro 2: premissa utilizada para mensuração do valor justo (em milhares de reais).

Fonte: Relatório da administração, 2010 Cosan Caarapo S.A. - açúcar e álcool.

A empresa relata em suas notas explicativa, ajustes feitos quanto à conciliação dos saldos provenientes de mudanças no valor justo, em relação à reclassificação da conta de Ativo Biológico e a rerepresentação dos valores declarados nas demonstrações financeiras findos em 2009 e 2010, que foram republicados para fins de comparação.

Em suas notas explicativas a empresa não faz de maneira evidente a distinção dos grupos de ativos Biológicos entre consumíveis e não-consumíveis. No entanto outras divulgações em separado são apresentadas e que são úteis para avaliar o desempenho do período corrente e para projeções futuras e, que abrangem o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, que, no caso da Companhia, refere-se às plantações de cana-de-açúcar e suas respectivas variações.

4.1.3 Usina El Dourado S.A. (ETH)

Constituída em 22 de abril de 2003, a usina El Dourado tem sua sede no município de Rio Brillhante, no Estado de Mato Grosso do Sul, e tem por objetivo social o cultivo e a industrialização de cana-de-açúcar, a importação e exportação de seus produtos e subprodutos, a geração de energia elétrica e a participação em outras sociedades.

A empresa descreve em suas notas explicativas a forma como são apresentadas suas demonstrações contábeis e financeiras, de acordo com as normas contábeis praticadas no Brasil, que abrange os Pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo CPC e aprovados pela CVM, para o exercício social findo em 31 de março de 2010, (em assembléia geral, os acionistas aprovaram a mudança do exercício social de 31 de dezembro para 31 de março de cada ano).

Quanto à descrição das práticas contábeis adotadas pela empresa em suas demonstrações financeiras, com observação as normas vigentes no Brasil, as notas explicativas fazem uma breve descrição das premissas utilizadas para mensuração do valor justo para seus ativos financeiros, porém, não faz nenhuma distinção com relação à mensuração de seus ativos biológicos e produtos agrícolas. Com relação aos ganhos e perdas provenientes da mudança no reconhecimento do valor justo para os Ativos Biológicos, a empresa também não apresenta em nenhum momento informações que possam caracterizar algum ganho ou perda por reclassificação ou conciliação em suas contas de Ativos Biológicos para os exercícios findados em 2009 e 2010.

Para a descrição dos grupos de Ativos Biológicos, a empresa não descreve em nenhum momento a separação de grupos de Ativos classificados como consumíveis e não-consumíveis. Os valores para os grupos de ativos Biológicos são mantidos em uma única rubrica na conta de estoque, no grupo do não circulante, conforme descritos no quadro 3:

Estoque	2010	2009
Produtos acabados	164	6.033
Açúcar	17	11.504
Alcool	11.338	14.908
Custo a apropriar do período de entressafra	19.040	15.184
Tratos culturais - lavouras de cana-de-açúcar	6.945	4.139
almoxarifado de materiais auxiliares e manutenção	19.907	12.717
Adiantamento a fornecedores	546	101
Outros	57.147	64.586
	-53.622	-64.586
Total do estoque	3.525	0

Quadro 3: composição da conta estoque (em milhares de reais)

Fonte: Relatório da administração, 2010 Usina El Dourado S.A..

4.1.4 Agro Energética Santa Luzia Ltda. (ETH)

Constituída em 18 de julho de 2007, a Agro Energética Santa Luzia Ltda., localizada no município de nova Alvorada do Sul, no estado de Mato Grosso do Sul, tem como objetivo social o cultivo e a industrialização de cana-de-açúcar, a importação e exportação de seus produtos e subprodutos, a geração de energia elétrica e a participação em outras sociedades.

A empresa, por ser uma controlada do grupo ETH, apresenta em suas demonstrações contábeis, financeiras e notas explicativas, o mesmo conceito descrito na usina El Dourado (controlada do mesmo grupo), quanto ao reconhecimento e mensuração dos ativos biológicos e suas premissas utilizadas para a mensuração do valor justo, o reconhecimento de ganhos e perda provenientes da mudança no valor dos ativos biológicos, a apresentação das demonstrações financeiras e praticas contábil adotadas pela empresa com referência aos ativos biológicos e a descrição dos grupos de ativos biológicos. Apenas diferenciando em relação à composição e origem dos valores das contas apresentadas nas demonstrações financeiras findadas na mesma data.

4.1.5 LDC Bioenergia S.A. (Usina Passa Tempo)

A LDC Bioenergia S.A. e suas controladas (denominadas em conjunto “Companhia” ou “Grupo”) têm como atividades preponderantes a produção, o processamento e a comercialização de produtos agrícolas, principalmente de cana-de-açúcar; o desenvolvimento de atividades agrícolas em terras próprias ou de terceiros; a produção e comercialização de fertilizantes e insumos agrícolas em geral; a compra e venda e a importação e exportação de produtos de origem agrícola e seus derivados; e a geração e comercialização de energia.

O Grupo é formado pelo conjunto de atividades da LDC Bioenergia, LDC-SEV Bioenergia S.A. e, é composto pelas filiais (usinas) Estivas (localizada no Estado do Rio Grande do Norte - RN), Giasa (localizada no Estado da Paraíba - PB), Maracaju, Passa Tempo em Rio Brillhante (localizadas no Estado do Mato Grosso do Sul - MS),

Cresciumal, São Carlos, Santa Elisa, Jardest, Vale do Rosário, Morro Agudo e Continental (localizadas no Estado de São Paulo - SP) e Luciânia (localizada no Estado de Minas Gerais - MG). Conforme ata da Assembléia Geral Extraordinária datada de 26 de outubro de 2009, foi aprovada a alteração do encerramento do exercício social da LDC Bioenergia de 31 de dezembro para 31 de março.

Na apuração do valor justo, a Companhia utilizou na avaliação econômica e financeira de seus ativos biológicos de cana-de-açúcar, o fluxo de caixa descontado para períodos equivalentes há cinco anos, o qual representa o período médio de extração de níveis elevados de ATR

(Açúcar Total Recuperável).

A taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado foi em média de 7,0%, líquida de impostos. Essa taxa demonstra os juros aplicados no País, descontada a inflação, e reflete a taxa pela qual a Companhia capta recursos no mercado. A fórmula do CONSECANA calcula a remuneração da tonelada de cana-de-açúcar com base: 1) Na quantidade de ATR/TR entregues pelo fornecedor de cana. 2) Na participação do custo de produção de cana como uma porcentagem do açúcar, residual de etanol, etanol anidro e etanol hidratado. 3) Nos preços líquidos de açúcar nos mercados interno e internacional, e no preço do etanol anidro e etanol etílico combustível, etanol hidratado, bem como do etanol para outros fins. 4) Na mistura da produção da Usina para a safra em questão. O preço de referência CONSECANA é publicado mensalmente. Os valores que compõem a conta de Ativos Biológicos são apresentados no quadro 4:

	31/03/2010	31/12/2008	controlada 01/01/2008	consolidado 31/03/2010
Ativo biológico no início do exercício/período	868.777	406.612	-	868.777
Aumento decorrente de gastos com a lavoura de cana-de-açúcar e gastos com tratamentos culturais	473.651	537.974	131.233	587.548
Ganhos (perdas) decorrentes de mudanças no valor justo menos os custos estimados de venda	-279.959	17.923	-	-351.305
Baixa de ativos biológicos	-45			-180
Aumento decorrente da combinação de negócios:				
Custo adquirido	-	-	389.754	298.574
Valor justo do ativo adquirido	-	-	-	43.870
Amortização da cana-de-açúcar do exercício/período	-245.414	-93.732	-114.375	-275.457
Ativos biológicos no fim do exercício/período	817.010	868.777	406.612	1.171.827

Quadro 4: composição da conta de Ativos Biológicos (em milhares de reais)

Fonte: Relatório da administração, 2010 LDC Bioenergia S.A.

Em relação aos ganhos e perdas provenientes de mudanças no reconhecimento do valor justo para os Ativos Biológicos, a empresa apresenta em suas demonstrações contábeis um ganho de valor para o exercício findado em 31 de dezembro de 2008, em decorrência do ajuste feitos com a reapresentação das demonstrações contábeis e financeiras para aquele ano. Porém para o exercício findado em 31 de março de 2010 (período de encerramento do exercício social), a empresa apresentou uma perda de valor para o mesmo grupo de ativo. Os valores decorrentes dos ganhos e perdas no reconhecimento do valor justo para os Ativos biológicos são apresentados no quadro 4.1:

	<u>31/03/2010</u>	<u>31/12/2008</u>	<u>controlada</u> <u>01/01/2008</u>	<u>consolidado</u> <u>31/03/2010</u>
Ganhos (perdas) decorrentes de mudanças no valor justo menos os custos estimados de venda	-279.959	17.923	-	-351.305

Quadro 4.1: Valores decorrente dos ganhos e perdas no reconhecimento do valor justo para os Ativos biológicos (em milhares de reais)

Fonte: Relatório da administração, 2010 LDC Bioenergia S.A.

A empresa destaca em suas notas explicativas a forma como foi conduzida a elaboração de suas demonstrações contábeis que apresentarão conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09 e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, regulados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, com observância as normas internacionais de contabilidade (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”).

No que se refere à descrição dos grupos de Ativos Biológicos entre consumíveis e de produção ou entre maduros e imaturos, a empresa não fornece em suas demonstrações contábeis e notas explicativas, qualquer distinção com relação a estas informações.

4.1.6 Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A.

A Louis Dreyfus Commodities S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, localizada no município de Rio Brilhante e, juntamente com outras controladas (denominadas “Grupo”), tem por objeto social a industrialização, beneficiamento, transformação, processamento, comercialização, importação e exportação de produtos agropecuários e derivados de cana-de-açúcar. A Companhia é uma subsidiária do Grupo Louis Dreyfus Commodities, controlada diretamente pela Ingarana Investimentos e Participações Ltda. Com sede na Avenida Faria Lima, 1.355 - 12º ao 14º andar, na cidade de São Paulo – SP.

A Empresa preparou suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB. As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP, porém a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As práticas contábeis adotadas empresa correspondem àquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Com relação à mensuração do valor justo dos Ativos Biológicos, a empresa registrou suas “*commodities*” pelo seu valor justo de realização menos os custos de venda. Os estoques de produtos acabados oriundos da colheita de ativos biológicos foram reconhecidos pelo valor justo na data de sua colheita deduzido dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. No entanto, a empresa não apresentou de forma clara as premissas utilizadas na formação do valor justo de seus ativos biológicos, muito menos os parâmetros que serviriam de base para reconhecer o valor justo de forma confiável.

Quanto as ganhos e perdas provenientes de mudanças no reconhecimento do valor justo para os Ativos Biológicos, a empresa apresentou em suas demonstrações contábeis ajustes feitos em decorrência das reclassificações e conciliações em suas contas de ativos

biológicas nos exercícios sócias findados em 2009 e 2010, conforme representados no quadro 5:

Quadro 5: Ajuste do valor justo para os Ativos biológicos (em milhares de reais)

	2010	2009	2010	2009
Ajuste ao valor justo dos ativos biológicos	-	-	103719	-92643

Fonte: Relatório da administração, 2010 A Louis Dreyfus Commodities S.A.

No que se refere à descrição dos grupos de Ativos Biológicos entre consumíveis e de produção ou entre maduros e imaturos, a empresa não fornece em suas demonstrações contábeis e notas explicativas, qualquer distinção com relação a estas informações.

4.2 Consolidação da análise dos dados

Na amplitude dos resultados alcançados, é possível compreender que as empresa sucroalcooleiras da região da Grande Dourados apresentaram algumas peculiaridade a se saber, quanto ao grau de cumprimento nas exigências feitas pelo CPC 29.

Com relação à apresentação das demonstrações financeiras e as principais praticas contábeis que versam sobre a contabilização dos ativos biológicos, todas as empresas avaliadas apresentarão em seus relatórios financeiros para exercícios findos em 2009 e 2010, uma perfeita harmonia com normas as internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting standard Board* (IASB) e também de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil e, exigidas pelo Comitê de pronunciamento Contábil e também pela CVM.

Para os resultados que caracterizam ganhos e perdas provenientes das mudanças no reconhecimento do valor justo para os Ativos Biológicos, as empresas Monteverde Agro Energética; Cosan Caarapo Açúcar e Álcool; LDC Bioenergia S.A. e Louis Dreyfus Commodities Brasil apresentaram em suas demonstrações contábeis, ajustes feitos em decorrência da reclassificação e conciliações das contas de ativos biológicos para exercícios sócias findados em 2009 e 2010, o que caracterizou algum ganho ou perda para as empresas que cumpriram esta determinação. Porém as empresas El Dourado S.A. e a Agro Energética Santa Luzia, não apresentaram em seus relatórios financeiros, qualquer informação que pudesse evidenciasse algum ganho ou perda por reclassificação.

Quanto a mensuração e evidenciação do valor justo, todas as empresas com exceção da Usina El Dourado S.A. e a Agro Energética Santa Luzia, evidenciaram seus ativos biológicos pelo valor justo, menos todas as despesas de venda no final de cada período e no momento da colheita respectivamente, obedecendo aos padrões propostos pelo Comitê de pronunciamentos Contábeis e em acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade.

Em se tratando dos métodos e premissas aplicados na determinação do valor justo de cada grupo de ativo biológico, apenas as empresas Cosan Caarapo Açúcar e Álcool e a LDC Bioenergia S.A., divulgaram de forma consistente em seus relatórios financeiros, parâmetros que compuseram a construção do valor justo aplicado na evidenciação de seus ativos biológicos.

No que se pode determinar quanto à descrição dos grupos de Ativos biológicos apenas a empresa Monte Verde Agro Energética descreveu os grupos de ativos como sendo, consumíveis representados pela cana-de-açúcar em pé, e não-consumíveis representados pelas soqueiras de cana-de-açúcar.

O quadro 6 representa de uma forma mais objetiva quais quesitos foram cumpridos por cada uma das empresas analisadas:

Quesitos a cumprir	Empresas sucroalcooleiras analisadas					
	A	B	C	D	E	F
Mensuração e evidenciação do valor justo:	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Premissas utilizadas na determinação do valor justo;	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não
Reconhecimento de ganhos e perdas provenientes da mudança no valor dos ativos biológicos;	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Descrição dos grupos de ativos biológicos controlados pela empresa.	Sim	Não	Não	Não	Não	Não

A Monte Verde Agro-energetica S.A (BUNGE)
 B Cosan Caarapo S.A. - açúcar e álcool (RAIZEN)
 C Usina El Dourado S.A. (ETH)
 D Agro Energética Santa Luzia Ltda. (ETH)
 E LDC Bioenergia S.A. (Usina Passa Tempo)
 F Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A

Quadro 6: Resumo das observações apontadas
 Fonte: O autor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como foco principal a análise dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos biológicos por parte das empresas sucroalcooleiras da região da Grande Dourados, suas especificidades sobre a utilização do valor justo como parâmetro de mensuração para seus ativos biológicos.

Para tanto, foi efetuada uma pesquisa de cunho analítico nos demonstrativos financeiros, notas explicativas e pareceres de auditorias das empresas envolvidas no projeto, no intuito de apontar quais empresas estão cumprindo as exigências do CPC 29.

Quanto à busca por fontes de dados em documentos que explicassem o contexto geral da pesquisa, foram encontradas algumas dificuldades que limitaram o processo de pesquisa, tais dificuldades são explicadas pela total falta de apoio de algumas empresas que não publicarão seus demonstrativos financeiros, ou não colocaram a disposição desta pesquisa. Tais informações seriam essenciais para a obtenção de um universo maior no que se refere à população (empresas) consultada.

Com vista geral para os resultados encontrados, ainda que de forma parcial, as empresas cumpriram as principais exigências intrínsecas ao CPC 29, porém as empresas El Dourado S.A. e, a Agro Energética Santa Luzia, pertencentes ao mesmo grupo (ETH), não cumprirão nenhuma das exigências apresentadas no CPC 29, ficando um alerta para seus administradores quanto a uma postura mais atuante com relação ao cumprimento das práticas contábeis adotadas pelo Brasil. Contudo, haja vista que 2010 foi um marco na aplicação das normas de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos biológicos, cabe ressaltar que o tema ainda não apresenta teorias e estudos suficientes, dos quais possam ajudar as empresa a buscarem melhores formas de atenderem as normas de contabilidade para tais ativos. Vale lembrar que muitas dúvidas e desafios ainda surgirão ao longo do processo de adequação das empresas que detêm o controle de ativos biológicos cabendo aos profissionais, pesquisadores e professores de contabilidades um maior engajamento na busca por ferramentas que contribuam para a concretização de uma ciência contábil mais forte no Brasil.

Com base nos resultados apresentados, fica como proposta para estudos e pesquisas futuras, uma análise mais detalhada acerca dos procedimentos utilizados pela s empresas para o reconhecimento e mensuração dos ativos biológicos, a fim de avaliar possíveis

mudanças que possam ocorrer ao longo dos próximos exercícios sociais, dentro do contexto que compete sobre o tratamento contábil dos ativos biológicos.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARES, Jose Maria Carlos; Bueno. Maria Paz Horno; ROSA. Ana Carrasco. **La contabilidad internacional em La producion de aceite de oliva**. ECO 19 Universidad de Jeari-Espanha. Disponível em: <<http://www.expoliva.com/expoliva/2005simposium/comunicaciones/ECO-19.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2011.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação** In: BEUREN, Ilse Maria. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e pratica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BARROS, H. **Os grandes sistemas de organização da economia agrícola**. 1ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1975.

BARTH, Mary. **Valuation-based accouting reserch: implications for financial reporting and oportunities for future reserch**. 2000. In: ERNST & YOUNG, FIECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

BATALHA, Mário Otávio. **Gestão agro-industrial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BEUREN, Ilse Maria. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e pratica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BORGES, Altamiro. **O grande desafio do agronegócio no Brasil**. Disponível em: <<http://www.empreendedorrural.com.br>>. Acesso em: 16 abr. 2011.

BRITO, E. **Um estudo sobre a subjetividade na mensuração do valor justo na atividade da pecuária bovina**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FEA-RP/USP. Disponível em: <<http://www.fearp.usp.br/principal.php?go=149&id=80>>. Acesso em 20 abr. 2011.

CALLADO, Aldo Leonardo Cunha. **Gestão de custos rurais: Comparando práticas entre distintos pólos de produção agroindustriais do Estado de Pernambuco**. Revista Contemporânea de Economia e Gestão, v. 7, nº 2, 2009.

CALLADO, Antonio André Cunha, **Agronegócio** – São Paulo: Atlas, 2005.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. In: BEUREN, Ilse Maria. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e pratica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CPC-Comitê de Pronunciamento Contábil. **Pronunciamento Técnico CPC 29**, 2009. Ativo Biológico e Produto Agrícola. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/cpc_29.pdf>. Acesso em 10 abr.2011.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural**. 2º ed. São Paulo: Atlas 1998.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. **A concept of agribusiness**.1957. In: BATALHA, Mário Olavo, **Gestão Agroindustrial** – Vol. I, São Paulo: Atlas, 2007.

ERNST & YOUNG, FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

FERNANDES, A. C. **Cálculos na Agroindústria de cana-de-açúcar**. Piracicaba, ASTAB: Açúcar, Álcool e subprodutos, p 193, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1987a.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Eugênio Celso; BAPTISTA, Antônio Eustáquio. **Contabilidade Geral**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IASB. International Accounting Standards Committee. **Estrutura conceitual para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras – 2010**. Disponível em: <<http://www.iasb.org>>. acesso em 10 abr. de 2011.

IBRACON. Instituto dos auditores Independentes do Brasil. **Agronegócio terá desafio adicional na convergência ao IFRS**. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/noticias/news.asp?identificador=3073>>. Acesso em 18 abr. de 2011.

Imprensa Oficial. **Diário Oficial Eletrônico do Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <http://www.imprensaoficial.ms.gov/sirch/>. Acesso em: 20 de out. 2011.

Imprensa Oficial. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. Disponível em: http://imprensaoficial.com.br/portaio/home_1_0.aspx. Acesso em: 22 de out. 2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA Ana Cristina de. **Introdução à teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu; GELBECKE: **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2007

_____, _____. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações** (Sup.). 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2010

Jornal Vanguarda. **O Brasil será o maior produtor agrícola do mundo**. 2009. Disponível em: <<http://www.jvanguarda.com.br/2011/01/20/o-brasil-sera-o-maior-produtor-agricola-do-mundo/>>. Acesso em: 16 abr. 2011.

KPMG. PEREIRA, Renato; BERGAMINI, Aquiles. **Desafios na avaliação de ativos biológicos, 2010** disponível em: <<http://kpmg.com.br>>. Acesso em 15 abr. 2011.

LOURENÇO, C.; LIMA, B. **Evolução do agronegócio brasileiro, desafios e perspectivas**. Disponível em: <<http://www.eumed.net/coursecon/ecolat/br/09/clbl.htm>>. Acesso em 09. jul. 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria, **Técnicas de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEGIDO, Jose Luiz Tejon; XAVIER, Coriolano. **Marketing e agribusiness**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NEVES, Marcos Fava (coord.); **Agronegócios & Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Atlas/PENSA, 2007.

NOBES, Christopher. PARKER, Robert. **Comparative international accounting**. 2002. In: ERNST & YOUNG, FIECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

NUNES, E. P.; CONTINI, E. **Complexo agroindustrial brasileiro. Caracterização e dimensionamento**. 2010. Brasília: Associação brasileira de agribusiness – ABAG, 2001

PINAZZA, L. A.; ARAUJO, N. B. **Agricultura na virada do século XX: visão do agribusiness**. São Paulo: Globo, 1993.

PWC; Pricewaterhouse. **A nova contabilidade brasileira. 2010**. Disponível em: <<http://www.pwc.com/br/pt/ifrs-brasil/ifrs-cpcs-a-nova-contabilidade-brasileira.html>>. Acesso em: 25 de agosto de 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIGSBY, Leo. **Delineamento de pesquisa de levantamento**. In: BEUREN, Ilse Maria. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e pratica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

RODRIGUES, Roberto. **O céu é o limite para o agronegócio brasileiro**. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, V.60, n.11, p.14-15, Nov.2006.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa acadêmica: Como facilitar o processo de preparação de suas etapas**. São Paulo: Atlas, 2007.

SACHS, Raquel Castelluci Caruso. **Cana-de-açúcar: preços recebidos pelos produtores no Estado de São Paulo**. In: Instituto de Economia Agrícola, 2005. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=4174>>. Acesso em: 23 de outubro de 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. In: BEUREN, Ilse Maria. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

UDOP. União dos Produtores de Bioenergia. **Mapa das unidades produtoras de açúcar e álcool**. Disponível em: <<http://www.udop.com.br>>. Acesso em 05 de outubro de 2011.

ÚNICA. União da Indústria de Cana-de-açúcar. **Manual do Consecana, 2006**
Disponível em: <<http://única.com.br/download.asp?mmdcode=a8d2abca-8247-45d1-8720-c14cd485f380>>. Acesso em 01 de novembro de 2011.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. In: BEUREN, Ilse Maria. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ZYLA, Mark L. **Auditing fair value measures**. 2003. In: ERNST & YOUNG, FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.